



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 059

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 059

53ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva

Presenças

Abertura da Sessão

Expediente:

Ofícios

Requerimentos

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

2ª Discussão (Preferência)

Redação Final

3ª Discussão

2ª Discussão

Discussão Única (Proposição) ..

Requerimentos

Encerramento da Sessão

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

Diretoria Geral

Portarias

DIÁRIO Nº 059

53ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pela Sra. Deputada Beti Pavin e pelo Sr. Deputado Chico Noroeste.

Presenças:

Às dezessete horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Ademmar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori,

Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pérciles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Artagnão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Luiz Eduardo Cheida, Pedro Ivo e Reni Pereira (10).

Ausente com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti (01).

Em licença o Sr. Deputado Nelson Justus (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

OFÍCIO Nº 328/08-GP

Curitiba, em 28/05/08.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste dos proventos de aposentadoria e dos benefícios de pensão do Poder Judiciário, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 041, de 19/12/03, e no artigo 2º da mesma emenda constitucional, regulamentados pela Lei Federal nº 10887, de 18/06/04.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de considerações e apreço.

(a) ANTONIO LOPES DE NORONHA

Presidente em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam reajustados os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão dos servidores do quadro efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 041, de 19/12/03, e no artigo 2º da mesma emenda constitucional, regulamentados pela Lei Federal nº 10887, de 18/06/04, desde a data de concessão do benefício até 30/04/08.

§ 1º O reajuste será calculado de forma proporcional ao mês de concessão, excepcionalmente com base nas variações percentuais aplicadas, a título de revisão geral, aos servidores em atividade, observado o critério de proporcionalidade estabelecido em Decreto Judiciário.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo aos proventos de aposentadoria e aos benefícios de pensão da Magistratura.

Art. 2º O aumento de despesa decorrente do estipulado nesta lei fica condicionado ao cumprimento das disposições da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial do contido nos artigos 16, 17, 21 e 22 do aludido diploma legal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário ou pela ParanaPrevidência quando couber.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de abril de 2004, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre os reajustes para manutenção do valor real dos benefícios concedidos a inativos e pensionistas do Poder Judiciário com base no artigo 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 041, de 19/12/03, e no artigo 2º da mesma emenda constitucional. A Lei Federal nº 10887, de 18/06/04, regulamentou a aplicação de disposições previstas no parágrafo 3º do artigo 40 da Constituição Federal e no artigo 2º da Emenda Constitucional nº 041/03.

A determinação fixada no parágrafo 8º, do artigo 40 da Constituição Federal, quanto ao reajuste dos benefícios de aposentadorias e pensões concedidos nos termos acima citados, implicou em substituição da garantia constitucional da isonomia e paridade, até então assegurada, pela garantia do reajustamento com a finalidade de preservação do valor real, conforme critérios estabelecidos em lei própria.

O anteprojeto de lei atende ao preceito constitucional, propondo o reajuste dos benefícios em comento com os mesmo índices que serviram para o reajustamento dos servidores ativos do Poder Judiciário no período de abril de 2004 a abril de 2008, já que os índices aplicados refletiram a política de manutenção do poder aquisitivo mediante a reposição das perdas inflacionárias ocorridas ao longo do período.

Os benefícios deverão ser reajustados de forma proporcional a partir do mês de concessão, conforme fixação de proporcionalidade contemplada em decreto judiciário.

Medida semelhante adotou o Poder Executivo no ano de 2007, quando a Lei 15512/07, que promoveu o reajustamento das tabelas de vencimentos dos seus servidores ativos, inativos e geradores de pensão conforme anexo único, foi estendido aos inativos e pensionistas da Emenda Constitucional nº 041/03, contemplando a reposição inflacionária acumulada.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, que terá efeito financeiro a partir de abril de 2004 (em 31/03/04 foi concedido o primeiro benefício de aposentadoria), será de R\$ 104.700,00 (cento e quatro mil e setecentos reais), pagos de uma só vez, para os proventos suportados pelo Fundo Financeiro. O aumento mensal decorrente da atualização dos proventos será de R\$ 5.812, 00 (cinco mil oitocentos e doze reais), abrangendo 28 (vinte e oito) servidores aposentados pelo Fundo Financeiro até 31/12/07, os quais serão suportados pelo orçamento do Tribunal de Justiça. Esse acréscimo no montante da despesa bruta de pessoal correrá à conta da dotação orçamentária 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores e o incremento correspondente ao exercício de 2008, por conta da dotação 3.1.90.01.07 - Inativos do Tribunal de Justiça - Fundo Financeiro.

O reajuste dos proventos de 43 (quarenta e três) aposentadorias concedidas sob o regime do Fundo Previ-

denciário será suportado pela ParanaPrevidência, da mesma forma que o pagamento das pensões.

Os valores inerente ao Tribunal de Justiça não comprometem o limite de gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Judiciário, tendo em conta que a despesa com pessoal representou 3,72% (três vírgula setenta e dois por cento) da Receita Corrente Líquida do Estado, em 31/12/07, conforme Relatório de Gestão Fiscal publicado, resultando, portanto, abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7%, cf. artigo 22, parágrafo único).

A presente proposta de anteprojeto de lei foi aprovada pelo egrégio órgão especial deste Tribunal de Justiça, na Sessão Ordinária realizada em 23/05/08.

Encontra-se em anexo a declaração do ordenador da despesa, informando que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual (Lei Estadual nº 15750/07) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008 - 2011 (Lei Estadual nº 15757/07).

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que dispõe sobre o reajuste dos proventos de aposentadoria e dos benefícios de pensão do Poder Judiciário, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 041, de 19/12/03, e no artigo 2º da mesma emenda constitucional, regulamentados pela Lei Federal nº 10887/04, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, em 27/05/08.

(a) ANTONIO LOPES DE NORONHA
Presidente em exercício

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1344

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 216/08, item 09 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 28/05/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoioamento:

Jonas Guimarães, Dr. Batista, Edson Strapasson e Dobrandino da Silva.

REQUERIMENTO Nº 1346

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o adiamento da votação do item nº 10 constante na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 28/05/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

Apoioamento:

Antonio Anibelli.

O SR. EDSON PRACZYK (PRB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Questiono V. Exa. a razão pela qual iniciamos uma nova Sessão e o painel não foi zerado, como de costume, e os Parlamentares, por sua vez, não digitaram as suas presenças. O questionamento tem como base, Sr. Presidente, a preocupação de todos esses profissionais que estão aqui presentes, na expectativa de derrubada do veto, que foi amplamente frisado por Deputados anteriores a mim, que precisamos de 28 votos. Pelos meus cálculos temos apenas 22 ou 28 Parlamentares. Portanto, Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que o painel seja zerado e que seja solicitada a chamada nominal, para termos certeza absoluta que há um número suficiente para a derrubada do veto.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

A questão de V. Exa. cabe.

Solicito à 1ª Secretária que proceda à chamada nominal.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Beti Pavin**)

(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Vinte e nove Srs. Deputados responderam à chamada.

Ordem do Dia

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa Ofício nº 328/08-GP, subscrito pelo Sr. Presidente em exercício do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste dos proventos de aposentadoria e

dos benefícios de pensão do Poder Judiciário, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 1344, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio dos Deputados Jonas Guimarães, Edson Strapasson, Dr. Batista e Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 216/08, item 09, da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

2ª Discussão (Preferência)

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/08, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 303/08, que cria 13 (treze) cargos de Juiz de Direito Substituto no âmbito do foro central da comarca da região metropolitana de Curitiba, entrância final, alterando Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, e adota outras providências. COM PARECERES DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ.

Em discussão. Em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda da Comissão de Justiça. **Aprovada.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 041/08, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, fica denominado Colégio Estadual Antonio Três Reis de Oliveira, o estabelecimento de ensino, localizado no município de Apucarana. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/08, de 25/02/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 148/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o PROVOPAR de Maringá - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/08, de 15/04/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 161/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utili-

dade pública a Associação dos Idosos de Nova Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/08, de 22/04/08, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 844/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre a reserva de lugares e a adaptação de cinemas e teatros para acesso e uso de pessoas com deficiência físico-motora. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. COM EMENDA DA CECECT. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CECECT. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda da CECECT - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário da Vila "C" - CCVC, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda da CCJ - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 867/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que confeccionam carimbos, de exigirem documentos que atestem a veracidade das informações para a confecção de carimbos profissionais e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública o Hospital de Caridade de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

Discussão Única (Proposição)

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 033/08, veto apostado ao Projeto de Lei nº 735/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que dispõe sobre o porte de arma de fogo aos agentes penitenciários estaduais, na forma em que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (votação nominal)

OF/CTL/CC nº 079/08.

Curitiba, 09/04/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 013/08, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida no artigo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 735/07, por considerá-lo inconstitucional e por falta de interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo deferir o porte de arma de fogo aos integrantes do quadro efetivo de Agentes Penitenciários e Escolta de Presos do Estado do Paraná, com base no artigo 6º, inciso VII da Lei Federal nº 10826/03. A redação do referido texto legal é a seguinte:

Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo território nacional, salvo para os casos previstos em legislação e para:

VII - os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias.

É importante que se lembre que a Constituição da República de 1988 evidenciou as competências dos entes federados para legislar, a partir do artigo 21 e seguintes. Pois bem, o artigo 22 e incisos da Constituição Federal, tratou das competências privativas da união e dentre elas a competência privativa da união para legislar sobre trabalho.

Assim, é de se alertar ao legislador estadual, que não é possível que se legisle sobre as condições de trabalho dos Agentes Penitenciários e escolta de presos do Estado do Paraná, visto que se invade a competência da união, tornando a proposta inconstitucional e pelo fato da Lei nº 10826/03, já ter tratado na íntegra sobre a referida proposta.

Ademais, é importante salientar que a lei federal condicionou a autorização para o porte de arma de fogo para os integrantes das instituições à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do artigo 4º da mesma lei. Vejamos:

Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

III - comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta lei.

Todavia, o porte de arma de fogo do agente, pela proposta ora em tela, só será deferido se estiver na condição de Agente Penitenciário ou de escolta de preso, sendo então na condição servidor estadual. Com efeito, este servidor estadual foi aprovado em concurso público e quando disputou o certame não havia previsão de ter que comprovar a capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, conforme prevê a Lei nº 10826/03.

Assim, o Projeto de Lei nº 735/07, mesmo tendo por escopo a proteção dos agentes das perseguições das organizações criminosas, deve-se deixar claro que tais agentes não foram capacitados e nem formados para empunhar armas de fogo, e se isto ocorrer sem a devida preparação, o Poder Executivo pode ser responsabilizado.

Ressalte-se, ainda, que porte de arma de fogo é matéria de direito penal, sendo a competência para legislar reservada à união, conforme se observa o artigo 22, inciso I da CF/88 e que o Decreto 88777/83 definiu material bélico e outros pertinentes à matéria.

Em que pese a preocupação do legislador em “armar” o Agente Penitenciário e de escolta de preso, não é possível admitir que se prepare uma ação de proteção ou de segurança sem vistas ao interesse público, voltando-se somente para uma parte da população, visto que à Segurança Pública incumbe a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Neste mesmo sentido o Supremo Tribunal Federal decidiu, em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, que não é possível ampliar, ir além daquilo previsto na CF/88 e propor formas de segurança que não estejam no artigo 144 da Constituição Federal. Vejamos. Impossibilidade de ampliação do rol de órgãos da Segurança Pública descrito pela Constituição Federal: STF - Incompatibilidade, com o disposto no artigo 144 da Constituição Federal, da norma do artigo 180 da Carta Estadual do Rio de Janeiro, na parte em que incluiu no conceito de Segurança Pública a vigilância dos estabelecimentos penais e, entre os órgãos encarregados dessa atividade, ali denominada Polícia Penitenciária. Ação Direta julgada procedente, por maioria de votos (STF - Pleno - Adin nº 236-8/RJ - Rel. Min. Otávio Galloti - Diário da Justiça, Seção I, 1º de junho de 2001, p. 75).

Por derradeiro, a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU e a Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, manifestaram-se contrárias à medida.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 735/07 encontra-se publicado no DA nº 131/07, de 16/10/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 033/08

P A R E C E R :

A Proposição de Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 735/07, de autoria do ilustre Deputado Professor Luizão, que dispõe sobre o porte de arma de fogo aos Agentes Penitenciários estaduais.

Usando da prerrogativa que lhe é constitucionalmente conferida, o Sr. Governador, tendo recebido em 31/03/08 o autógrafo correspondente à redação final do projeto de lei em questão, vetou-o no dia 09 de abril e o encaminhou a esta Assembléia Legislativa, através do OF/CTL 079/08, recebido em 10 de abril do corrente.

Cumpridos os ditames constitucionais que tratam da participação do Chefe do Poder Executivo no processo de elaboração legislativa, conforme artigo 72 e parágrafos da Constituição Estadual, a proposição de veto em apreço está em condições de ser encaminhada para discussão e votação em plenário.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1346, de autoria do Deputado Professor Luizão, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) **(Para Discutir)**

Sr. Presidente, quero pedir licença a V. Exa. e comunicar que hoje é a minha última Sessão aqui na Assembléia, este ano. Vou estar me afastando da Assembléia para me dedicar à eleição da Prefeitura de Pinhais.

Peço sua licença para agradecer a convivência neste ano e três meses que estive aqui, o aprendizado que tive com os Deputados mais experientes, o companheirismo. Quero me desculpar também por eventuais ofensas que possa ter causado no exercício de minhas atividades. Creio ter cumprido a minha obrigação, como Deputado, neste período o meu respeito aos meus eleitores, principalmente de Pinhais, de Curitiba e região metropolitana.

Semana que vem virá para a Assembléia o Enio Verri, que atualmente ocupa a pasta de Planejamento do estado, que vai integrar a Bancada do PT e conseqüentemente a do Governo do Estado. Quero agradecer aqui o companheirismo com que fui tratado neste período.

Sr. Presidente, como é a minha última Sessão e tem um projeto importante para ser votado agora, na Ordem

do Dia, e temos um quórum baixo, de apenas 30 Deputados e os Agentes Penitenciários têm uma grande expectativa de que esse veto seja derrubado. Prevendo que dificilmente, com 30 Deputados presentes, esse veto será derrubado, até porque terá que ter praticamente unanimidade para derrubá-lo, eu pediria encarecidamente aos Líderes a retirada de pauta por esta Sessão, para que numa próxima Sessão, com o quórum mais elevado, os Agentes Penitenciários do nosso estado tenham uma chance maior de poder ver o veto derrubado e ter acesso à possibilidade de portar arma de fogo, até para defender a si próprio e a sua família.

Neste momento faço um apelo, não estarei presente na próxima Sessão, mas com um quórum mais elevado acredito que seja possível. Já presenciamos aqui nesta Casa a retirada de pauta de veto, através de acordo, e não vejo porquê não retirarmos também hoje, para não frustrar a expectativa de derrubada de veto.

Era isso, Sr. Presidente e o meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência quer dizer a V. Exa. que sentirá a sua falta, pela sua maneira cavalheiresca e educada e pelo convívio que tivemos com V. Exa.

Desejamos felicidades à sua eleição em Pinhais. Ficaremos sentidos se V. Exa. não for eleito, mas ficaremos felizes em ver V. Exa. voltando para esta Casa. Mas em respeito aos seus eleitores, em respeito à maneira educada com que os Agentes Penitenciários se mantiveram nesta Casa, em homenagem a V. Exa. - a presidência não costuma retirar vetos - mas em homenagem a V. Exa. e à maneira lhana e educada com que se mantiveram nas galerias, eu, de próprio punho, retiro o projeto para que numa próxima discussão na Assembléia, com a presença dos 54 Deputados, possamos derrubar o veto do Governador Requião.

(Aplausos)

Se estiver Presidente, com muito agrado faria numa terça-feira, com a presença de todos.

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão da Proposição nº 033/08.

Deputado Rossoni com a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, concordamos com a retirada. Agora, é uma atitude da presidência, porque sempre o veto, para ser retirado, há de se haver um acordo de Lideranças, senão não tem condições. Mas respeito a decisão de V. Exa.

Quero cumprimentar o Deputado Luizão, desejo-lhe muita saúde nesta campanha, mas vamos disputar com ele, em Pinhais, o nosso futuro Prefeito, Beto Padilha. Não desejo vitória, porque certamente ele pode continuar esse brilhante trabalho aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romaneli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, entendo que a decisão de V. Exa. é soberana, respeito a decisão, embora também reconheça que o nosso Regimento e a própria Constituição do Estado são muito rígidos nessa questão da retirada de veto, mas há acordo de Lideranças que permitem isso.

Reconheço, V. Exas. sabem, os Agentes Penitenciários que estão aqui - ocupo a função de Líder do Governador Requião, aqui na Assembléia. Aprovamos essa lei no sentimento que era possível que o Governo pudesse sancionar o projeto, mas todos sabem também que o veto foi apostado com pareceres contrários da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. A minha obrigação, aqui nesta Casa, é fazer tramitar os bons projetos, como foi esse projeto do Professor Luizão, mas ao mesmo tempo tenho que ser coerente com a função que exerço aqui. Mas, até em homenagem ao Professor Luizão, entendo também que se votássemos hoje esse projeto, nenhuma chance desse veto ser derrubado.

Vou votar e vou encaminhar pela manutenção desse veto. Ao mesmo tempo reconheço que esse veto se fosse hoje votado, ele certamente seria mantido sem chance nenhuma pelo quórum baixo, embora quórum regimental, teríamos a possibilidade de manter o veto.

Então, em homenagem a atuação que teve esse Líder brilhante, Deputado Professor Luizão, no que me concerne respaldo a decisão de V. Exa. para que esse veto possa ser apreciado numa outra Sessão, quando a Assembléia tenha um quórum elevado. Daí a decisão é de cada Parlamentar. Vou fazer os encaminhamentos pela manutenção do veto, mas cada um vai votar de acordo com a sua consciência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Só para esclarecer aos Agentes Penitenciários, somos 31 Deputados, agora - o Presidente não vota. Teríamos 30 Deputados que votariam, para alcançar 28 votos, para ser derrubado.

Então, agradeço as palavras do Deputado Romanelli que entendeu. Deputado Rossoni, tomei a iniciativa porque li nos olhos de cada um de V. Exas. que as lideranças concordariam para homenagear o autor da proposta, o Professor Luizão.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, parabéns pela iniciativa de V. Exa. Aproveito para parabenizar o Cleiton, que é o Presidente do SINDASPEN - Sindicato dos Agentes Penitenciários.

Sr. Presidente, tenho a impressão que muito Agente Penitenciário vai ter dificuldade de chegar nas mais distantes cidades do Paraná, e, naturalmente, seus colegas vão chegar correndo: "Daí, como é que foi a votação?" Não teve. "Por que não teve?" Porque os Deputados não apareceram para trabalhar.

Isso é um absurdo. É lamentável. A homenagem aos colegas que compareceram aqui, mas é dever de todos comparecer, salvo por motivo de força maior.

Então apelo, Presidente, que o SINDASPEN, a sua diretoria faça contato com os demais Deputados, para quando esse veto for votado, de fato, este plenário esteja lotado, tenha quórum para não causarmos essa grande decepção que hoje estamos causando aos Agentes Penitenciários que vieram aqui com tanta esperança de ver a derrubada do veto e voltam frustrados, porque muitos Deputados não compareceram para trabalhar.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Só quero justificar a ausência de alguns Deputados, três estão de licença, cinco ou seis representam este Parlamento numa Conferência em Fortaleza, de todas as Assembléias do Paraná. Não vamos fazer uma colocação por baixo. Alguns Deputados se ausentaram em missões oficiais a Brasília e a representar esta Casa no interior.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Gostei das palavras de V. Exa., porque às vezes, as palavras podem machucar alguém que culpa não tem. De forma que é preciso que não possamos aqui admoestar um Parlamentar que eventualmente não esteja aqui neste momento e que esteja fora desta Casa, esteja cumprindo uma obrigação, uma tarefa até mesmo desta Casa.

Sei que V. Exa. saiu em defesa desta Casa e cumprimento V. Exa. por essa posição. Quero abraçar o Deputado Luizão, agradecer-lo pelo convívio, parabenizá-lo pelo brilhante trabalho que fez. Jovem Parlamentar, fez com que a sua função e o desempenho do seu mandato pudesse contribuir muito com a Assembléia Legislativa nesse ano e três meses que o Deputado Luizão aqui permaneceu. Tenho certeza que terá sucesso. O nosso apoio para que o Professor Luizão se torne Prefeito de Pinhais, essa cidade promissora aqui na região metropolitana.

Quero parabenizá-lo e elogiá-lo pela postura, posição brilhante que teve no debate, discussão no encaminhamento e convívio com todos os Parlamentares aqui desta Casa.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas) (Pela Ordem)

Queria aqui salientar a grandeza de V. Exa. no momento em que entrava em votação esse veto. Nós viamos a presença dos Deputados, com certeza o voto não cairia.

Queria aqui deixar registrado a grandeza, neste momento, do Presidente desta Casa. O Partido Democratas votaria fechado pela derrubada dos vetos: Deputados Durval Amaral, Elio Rusch, Osmar Bertoldi e a nossa pessoa, estamos aqui para derrubar o veto neste momento. Aguardamos o dia que essa proposta entre em votação e discussão.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (Pela Ordem)

Em nome do PT, em primeiro lugar queremos parabenizar o Professor Luizão pela sua atuação nesta Casa, mais uma vez parabenizar pelo projeto apresentado. Já havia comentado que somos favoráveis, a Bancada do PT vota junto. A Bancada do PT sempre foi contra o uso de armas, mas num caso desses sabemos que é uma questão de defesa, uma questão necessária, por causa do trabalho que têm os Agentes Penitenciários. Nesse caso somos favoráveis. Mais uma vez parabenizar o Professor Luizão pela sua estadia nesta Casa, pelo brilhante trabalho que fez e desejar muito sucesso. Realmente queremos vê-lo como Prefeito de Pinhais.

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB) (Pela Ordem)

Primeiro, mais uma vez demonstrar o meu respeito e com bastante humildade estamos aprendendo com V. Exa., hoje liderando a Casa e com muito equilíbrio agindo da forma correta.

Quero deixar claro, como Líder do PTB, que o PTB vota contra o veto e a favor da segurança dos agentes.

Era isso que eu tinha para dizer. Obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente Antonio Anibelli, em primeiro lugar quero parabenizá-lo pela condução sensata, ponderada, como é do seu caráter, nesta Sessão. Cumprimentar o companheiro Professor Luizão, desejando que o seu projeto político seja bem sucedido. Quero dizer que a Bancada do Partido Progressista, composta pelo Deputado Duílio Genari, Deputado Antonio Belinati, Deputada Cida Borghetti e o Deputado Ney Leprevost está fechada com os Agentes Penitenciários e votaremos pela derrubada do veto.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente Deputado Antonio Anibelli, o PDT parabeniza mais uma vez esta atitude de grandeza de V. Exa. Quando percebeu que não teríamos condições de derrubar o veto, propôs, como uma prerrogativa do Presidente, retirar o projeto para votar numa próxima oportunidade. Parabéns por esta atitude. Era isto o que esperávamos de V. Exa., pela sua história.

Queremos dizer também que a Bancada do PDT: eu, Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Augustinho Zucchi, Deputado Edgar Bueno, Deputado Geraldo Cartário, toda a Bancada vota a favor dos Agentes Penitenciários.

E quero também aproveitar e desejar ao Professor Luizão uma caminhada com muita segurança, paz e perseverança. Foi um prazer conhecê-lo aqui na Assembléia Legislativa, conhecer seu trabalho e participar junto dele. Parabéns, Deputado Professor Luizão.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, antes de mais nada cumprimentá-lo pela demonstração de independência com que preside

esta Casa. Não quer dizer que, muitas vezes, possamos concordar. Mas, foi uma bela decisão. E logicamente que inteligente a decisão do Professor Luizão ao pedir o adiamento desta votação, porque claramente o quórum é desfavorável às pretensões dos Agentes Penitenciários. Já se falou bastante em relação a isto.

Mas, como Líder da Bancada do PMDB, quero desejar ao Professor Luizão sucesso na empreitada que vai ter lá em Pinhais, onde concorrerá à Prefeitura Municipal. Conheço as idéias do Professor Luizão, sei que eleito ele colocará em prática as verdadeiras políticas públicas que transformam o ser humano em cidadão.

Portanto, Professor Luizão, sucesso, porque nós do PMDB estaremos ao seu lado nesta caminhada em direção à Prefeitura Municipal de Pinhais.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (Pela Ordem)

Quero falar em nome de todo o Bloco Independente, em primeiro lugar parabenizar a sapiência de V. Exa. na condução dos trabalhos, tanto no veto quanto na defesa desta Casa, dos Deputados que estão em missão.

Quero dizer que o Bloco Independente vota pela derrubada do veto, vota junto com os Agentes Penitenciários. E dizer que foi muito sábia a atitude de V. Exa., porque hoje o quórum que aqui estava beneficiaria o Governo e seria contrário aos Agentes Penitenciários. Então, parabéns a V. Exa. e fica aqui marcada e registrada a posição deste Deputado e de todo o Bloco Independente desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência deseja uma feliz campanha ao Deputado Professor Luizão e que Deus o acompanhe.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 02 de junho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 021/08.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 844/07 e 132/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 867/07 e 154, 184 e 216/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 159, 191 e 194/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0528/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2494, datado de 02/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 0518/08, publicado no Diário da Assembléia Legislativa em 08/05/08 o qual concedeu aposentadoria à funcionária SÔNIA MARIA TENÓRIO ALBUQUERQUE, matrícula nº 40380, a fim de que, onde se lê a expressão “processo protocolado sob o nº 2494, datado de 02/04/00”, leia-se “datado de 02/04/08”.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0533/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6340, datado de 27/07/06, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 0517/08, publicado no Diário da Assembléia Legislativa em 08/05/08 o qual concedeu aposentadoria à funcionária MARIA VIEIRA DE MOURA, matrícula nº 40371, a fim de que, onde se lê a expressão “processo protocolado sob o nº 6340, datado de 27/07/00”, leia-se “datado de 27/07/06”.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0534/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2333, datado de 31/03/08, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 0362/06, publicado no Diário da Assembléia Legislativa em 08/05/08 o qual determinou a exclusão do desconto de Imposto de renda na fonte dos proventos de SOLON FONTOURA RODRIGUES, matrícula nº 407, a fim de

que, onde se lê a expressão “Ato da Comissão Executiva nº 362/06”, leia-se “Ato da Comissão Executiva nº 362/08”.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 079/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2869, datado de 14/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar averbar na ficha funcional de MARCOS ANTONIO DE SOUZA, matrícula nº 40933, portador do RG nº 5.010.150-9/PR e do CPF nº 782.424.449-00, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/05/90, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-01, lotado na Diretoria de Serviços Especiais, o tempo de 01 (um) ano, 08 (oito) meses e 29 (vinte e nove) dias em que trabalhou na Prefeitura Municipal de Carlópolis/PR, período compreendido entre 02/05/87 a 30/01/89, conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em anexo, e nos termos do parágrafo 9º do artigo 201 da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22/04/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 080/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2514, datado de 03/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar em favor de EDIR SACCOMORI, matrícula nº 40428, portadora do RG nº 1.844.867-0/PR e do CPF nº 246.101.350-00, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 30/04/84, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, 06 (seis) meses, para os efeitos legais, referente ao dobro de uma licença especial que deixou de usufruir, no quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22/04/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 081/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2514, datado de 03/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 92/95, de 08/06/95, que contou em dobro duas licenças especiais em favor de EDIR SACCOMORI, matrícula nº 40428, portadora do RG nº 1.844.867-0/PR e do CPF nº 246.101.350-00, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 30/04/84, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, por ter sido indevido.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22/04/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 098/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4204, datado de 19/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição funcional do servidor GUSTAVO HENRIQUE MUSSI AUGUSTO, matrícula nº 7629, portador do RG nº 3.553.541-1, para permanecer a função de Gerente do Escritório Regional de Curitiba, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20/05/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 099/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4200, datado de 19/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA LILIAN D'AMARAL BORCHARDT matrícula nº 195, de 03 (três) dias, a partir de 06/05/08 com término em 08/05/08, CID.10 N92-1 e Z48.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20/05/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0100/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8721, datado de 17/10/07, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARION VARASSIM DE LARA, matrícula nº 40215, de 120 (cento e vinte) dias correspondente ao período de 16/10/07 a 13/02/08 e 120 (cento e vinte) dias correspondente ao período de 14/02/08 a 12/06/08, CID.10 C 44.7.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/05/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0102/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4041, datado de 14/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, em favor de LUIZ DE LIMA, matrícula nº 40088, portador do RG nº 2.097.434/PR e do CPF nº 917.568.599-49, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 24/02/81, ocupante do cargo de Técnico em Climatização, nível NTC-04, o tempo de 01 (um) ano e 60 (seis) meses relativo ao dobro de três licenças especiais por não haver se afastado do exercício de suas funções durante os quinquênios compreendidos entre 24/02/81 a 24/02/86, de 25/02/86 a 25/02/91 e 26/02/91 a 26/02/96, nos termos do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e artigo 248 da Lei nº 6.174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27/05/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0103/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4237, datado de 20/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar a disposição do Governo do Estado os serviços da funcionária deste Poder Legislativo, LETÍCIA CHRISTINA BASSLER, matrícula nº 6406, para desenvolver funções de assessoramento parlamentar junto à Vice-Governadoria, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27/05/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 104/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estatutários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

Abril/08

501 - NELSON AUGUSTO DE ARAUJO

619 - MARGARETE SIKORA

618 - SANDRA MARA FERREIRA DE SOUZA

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/04/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 105/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

Abril/08

40024 - DANUTA SABAI

40107 - OVIDIO LACERDA FERREIRA

40168 - CIDES RIBEIRO DE SOUZA

40257 - GABRIEL L. FRANCESCHI JUNIOR

40273 - LUIZ COELHO QUEIROZ

40414 - THEMIS PETTERLE

40460 - MARA LUIZA ZECH

40505 - STELA ALVA COSTA PORTELA

40603 - CLAUDIA RUSSI FARAH

40679 - CLEIDE SOUZA OLIVEIRA

40688 - SERGIO AMARAL GRADOWSKI

40845 - ADIR JOÃO BENATO

40920 - ANGELINA KIERDEL

40921 - MAURO SOARES DOS SANTOS

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/04/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 106/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estatutários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

Maio/08

123 - INOLAN ANTONIO G. DE OLIVEIRA

622 - SANTIAGO LOSSO

146 - MARCO ANTONIO MARCONCIN

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/05/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 107/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

Maio/08

40029 - BASILIO CABRERA

40078 - MARIA CRISTINA L DAL LIN

40380 - SONIA MARIA TENORIO ALBU-

QUERQUE

40383 - ANA CRISTINA LEITOLES CORREA

40567 - ADILES SANTINA BERALDIN

40577 - ELIS REGINA DEMICIANO

40611 - ELENIRA CARDOSO DE LIMA

40724 - ALESSANDRA MOLINARI SEQUINEL

40754 - HECTOR VINICIUS WAGNER

40865 - JOSE NORATO DE LIMA

40988 - NEUSA MARIA DA SILVA

41041 - AMAURI REINERT TIZZOT

41219 - JOSE TADEU LUCIO MACHADO

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/05/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 108/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo Protocolado sob nº 4231, datado de 19/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, HIPOLITO DOPIERLSKI FILHO, matrícula nº 40.821, de 160 (cento e sessenta) dias, a partir de 26/05/08 com término em 21/10/08, CID.10 F.20.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28/05/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 109/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo Protocolado sob nº 4193, datado de 16/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA HELENA DOS SANTOS CAPEL, matrícula nº 3812, de 60 (sessenta) dias, a partir de 16/05/08 com término em 14/07/08, CID.10 G 55.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28/05/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 151/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob nº 6655, datado de 03/07/07, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de CIRLETE CARVALHO RIBEIRO CORTELETE, matrícula nº 40600, portador do RG nº 3.964.948-PR e do CPF nº 567.623.649-34, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/07/85, lotada na Coordenadoria de Estu-

dos e Promoções, exercendo o cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, o tempo de seis (06) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente a época, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/08/07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

